

FAMÍLIAS DE ELITE NO MARANHÃO POMBALINO: TECENDO REDES DE SOLIDARIEDADE E PODER

Antonia da Silva Mota*

Resumo

O foco maior deste estudo são as “redes” de famílias que encabeçaram o processo de colonização no Maranhão pombalino. A verificação contempla o feixe de vínculos, os interesses pessoais, a criação e a integração (mas também, e sobretudo, desintegração), através destas redes, dos espaços territoriais, econômicos, políticos e sociais em geral. Verificar a gestação destas redes: sua composição, as alianças, o modo de reprodução, as heterogeneidades, as hierarquias e as tensões. Identificar como, os vestígios constituídos pelas fontes privadas, principalmente testamentos e inventários *post mortem*, produzidos por membros destas famílias, evidenciam as teias e os dispositivos das relações “familiares” em formação e aparecem como que permeando as relações de propriedade, os tipos de propriedades, os tamanhos e composições das fortunas, assim como a esfera dos gastos.

Palavras-chave: América portuguesa. Estado do Grão-Pará e Maranhão. Redes de poder local.

Summary

The biggest focus of this study is the “nets” of families who had headed the process of settling of the Maranhão pombalino. The verification contemplates the beam of bonds, the personal interests, the creation and integration, (but also, and over all, disintegration) through these nets, of the territorial, economic spaces, social politicians and in general. Verify the gestation of these nets: its composition, the alliances, the way of reproduction, heterogeneidades, hierarchies and tensions. Identify as, in the vestiges consisting of the private sources, wills and inventories *post mortem*, produced for members of these families, evidence the entanglement and so devices of “the familiar” relations in formation appear as that permeing the property relations, the types of properties, the sizes and compositions of the richnesses, as wells the sphere of the expenses.

Words key: Portuguese America. The state of Grão-Pará and Maranhão. Nets of being able local.

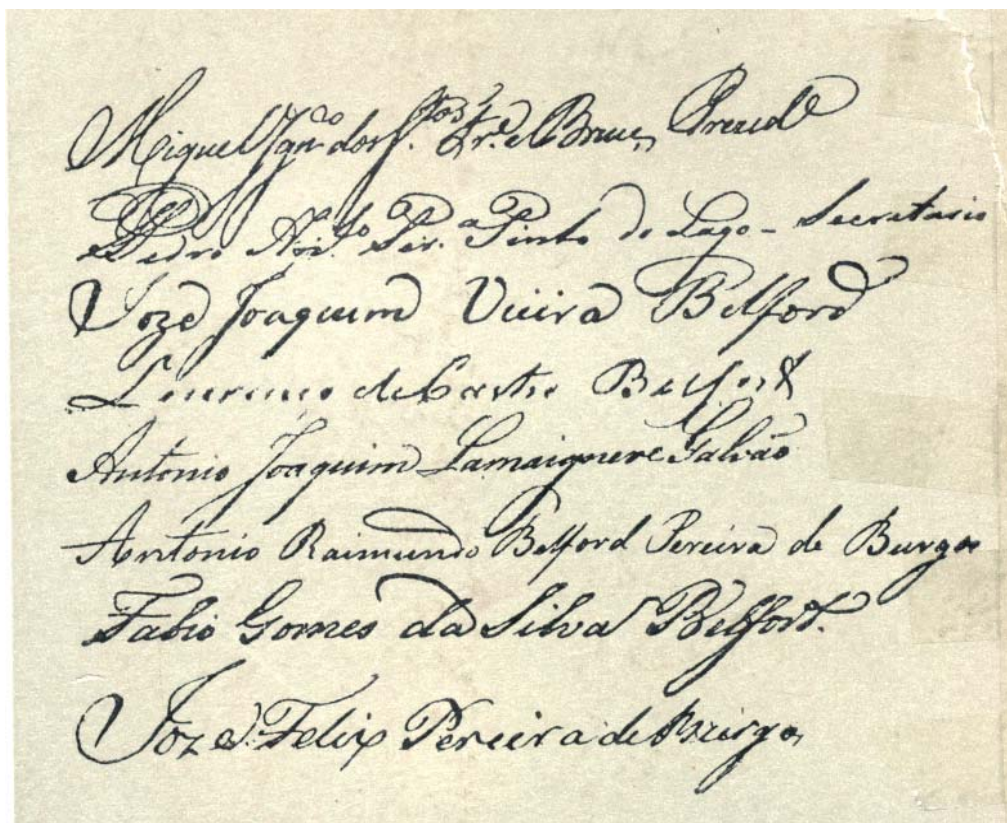
Introdução

A separação política de Portugal foi um processo traumático para a capitania do Maranhão. Forças pró e contra a Independência se enfrentaram na capital São Luís, assim como nas vilas de Rosário, Itapecuru-mirim e Caxias. Na região, a comoção social iniciou-se ainda em 1820, com os ecos da Revolução constitucionalista do Porto, e se prolongaram até os massacres que puseram fim ao movimento da Balaiada, em 1841. Dentro deste processo, em agosto de 1823, sob a intervenção direta de Lord Cochrane, enviado por D. Pedro I para

*Professora adjunta do Depto. de História da Universidade Federal do Maranhão; e-mail: motaas@terra.com.br.

forçar a Independência no Norte, formalmente a capitania do Maranhão aderiu ao Império brasileiro. Foi empossado então o primeiro governo Independente, cujas assinaturas foram grafados em documento, como podemos ver a seguir:

Figura – Assinaturas do primeiro Governo Independente do Maranhão, 1823

A photograph of a piece of aged, yellowed paper with several handwritten signatures in dark ink. The signatures are written in a cursive script typical of the early 19th century. The names are arranged in a vertical list. The first signature is 'Miguel Freire e Bruce', followed by 'José Félix Pereira de Burgos - Secretario', 'Voz Joaquim Viira Belford', 'Lourenço de Castro Belford', 'Antonio Joaquim Lamagnère, Sabão', 'Antonio Raimundo Belford Pereira de Burgos', 'Fábio Gomes da Silva Belford', and finally 'Voz e Felix Pereira de Burgos' at the bottom.

Fonte: Contra-capa do livro de Luis Antônio Vieira da Silva. História da Independência da Província do Maranhão: 1822 – 1828. 2 ed. Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana, 1972.

O advogado provisionado Miguel Freire e Bruce, que assumiu a presidência e encabeça as assinaturas, até hoje é uma incógnita para os historiadores, pois se ignora sua procedência. Mas ele logo foi deposto devido a irregularidades, tendo sido preso e remetido ao Rio de Janeiro. Assumiu então a presidência José Félix Pereira de Burgos, o último que aparece na lista. Filho de pai homônimo e Anna Thereza Belfort, ele, assim como as outras pessoas que fizeram parte do primeiro governo independente pertenciam ao mesmo grupo familiar, eram primos entre si, netos do irlandês Lourenço Belfort, do português Antônio Gomes de Sousa e do francês Pierre Lamagnère.

O domínio desta parentela - os Belfort, os Gomes de Sousa e os Lamagnère – também estava solidamente ancorado na economia da região. Ao quantificar dados constantes de inventários *post mortem* referentes às principais fortunas da capitania do Maranhão, lá estão os mesmos sobrenomes.

Quadro – NÍVEL E COMPOSIÇÃO DAS MAIORES FORTUNAS DA CAPITANIA DO MARANHÃO (1800-1824)

Inventariado	Bens de raiz	Escravos	Recheio da casa	Ouro e prata	Animais	Mercadoria e gêneros	Ferramenta/ utensílios	Dívidas Ativas	Dívidas passivas	Fortuna líquida
Alexandre Ferreira da Cruz, 1800	9:804\$000	8:474\$000	183\$430	141\$240	40\$000	1:200\$000	400\$160	-	-	20:242\$830
Francisca de Souza, 1802	13:989\$280	5:318\$000	76\$080	7\$500	22:957\$640	-	33\$120	-	-	42:381\$620
D. Joana Maria Freire, 1804	7:070\$000	11:385\$000	338\$860	535\$366	324\$000	1:083\$080	174\$900	803\$260	8:635\$080	16:906\$621
Coronel José Joaquim da Silva Rosa, 1804	6:808\$000	42:262\$000	1:003\$137	707\$530	-	-	219\$290	5:125\$358	4:730\$589	51:394\$726
Cel. José Antonio Gomes de Sousa, 1805	42:702\$400	11:700\$000	1:752\$280	5:154\$130	2:800\$000	2:885\$800	47\$600	-	-	67:042\$210
Ana Joaquina Gromwell, 1806	36:005\$000	22:609\$000	720\$420	493\$510	523\$800	2:348\$680	580\$540	-	-	63:280\$950
Coronel João Belfort, 1814	36:290\$000	30:064\$000	310\$000	-	3:055\$220	2:922\$760	7:097\$780	-	29:168\$970	50:570\$790
Dona Francisca Maria Belfort, 1816	39:475\$791	30:990\$000	2:575\$260	4:287\$928	25:737\$000	4:031\$000	1:286\$720	25:187\$542	-	133:751\$241
Pedro Miguel Lamagnère, 1816	57:461\$000	44:242\$080	1:334\$160	1:250\$489	3:064\$200	8:104\$275	2:302\$350	13:012\$471	-	131:090\$175
Henrique Guilhon, 1818	33:887\$000	6:537\$000	1:128\$725	1:713\$600	1:433\$120	8:783\$040	1:667\$420	1:311\$073	1:422\$988	55:037\$990
D. Ana Tereza Ferreira de Castro, 1819	29:037\$020	23:035\$000	685\$311	411\$340	1:329\$000	198\$000	623\$720	3:968\$736	3:256\$479	56:031\$648
Antônio Joaquim Lamagnère Galvão, 1824	4:979\$680	20:680\$000	213\$000	601\$320	516\$000	3:337\$000	434\$360	2:373\$687	4:336\$832	28:798\$215

Fonte: MOTA, Antonia da Silva. **A Dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na Capitania do Maranhão.** Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007, p 50.

As maiores fortunas tinham como titulares D. Francisca Maria Belfort e Pedro Miguel Lamagnère, filhos de Lourenço Belfort e Pierre Lamagnère, respectivamente. Outra fortuna significativa era a do coronel José Antônio Gomes de Sousa, filho do português Antônio Gomes de Sousa. Irmãos e sobrinhos dos primeiros também aparecem nesta listagem: João Belfort, Ana Thereza Ferreira de Castro, Antônio Joaquim Lamagnère. Reconstituímos a história destas famílias para compreender como foi possível tal hegemonia.

A formação das redes de poder local

A liderança econômica e política das famílias acima mencionadas consolidou-se na segunda metade do século XVIII. Primeiramente, através de casamentos oportunos de “estrangeiros” ou “reinóis” com filhas de ex-funcionários régios já estabelecidos na região. Em 1743, o irlandês Lourenço Belfort contraiu núpcias com D. Ana Tereza de Jesus, filha do capitão Felipe Marques da Silva, português de Lisboa que nas primeiras décadas dos setecentos exerceu as funções de almoxarife e provedor da fazenda real. O enlace deu-se na

casa de morada do sogro em São Luís, tendo como testemunha Antônio Gomes de Sousa, já casado com uma irmã da noiva. O historiador João Luís Ribeiro Fragoso, buscando identificar os mecanismos de montagem e articulação da economia de *plantations* e de sua elite no Rio de Janeiro, apontou o papel fundamental das famílias senhoriais derivadas de funcionários régios. Segundo ele, “são as que possuem (...), o maior número de senhores de engenho, a maior estabilidade no tempo, a maior capacidade de gerar outras famílias senhoriais”. (2000, p. 59). Os cargos públicos ligados à fazenda colocavam estas famílias em posição estratégica dentre os outros colonos (p. 74-5),

Existiam ofícios, como os da fazenda real cuja renda era composta por três rubricas: ordenados, emolumentos e propinas, retirados da arrematação dos contratos de impostos. [...] Os ordenados correspondiam a apenas 9,1 %. Em contrapartida, os emolumentos e vistorias dos navios respondiam por 78,6% da renda total destes funcionários. Rubricas que, por estarem ligadas ao desempenho anual da produção social, no caso dos oficiais da fazenda, dependia do movimento dos navios no porto e da arrematação dos dízimos. Fenômeno que transformava tais postos em objetos de disputas não tanto em razão dos ordenados pagos pelo Estado, mas sim em função do que sua majestade lhes permitia retirar do “público” ou, o que é o mesmo, diretamente da riqueza social.

Lourenço Belfort já se encontrava no Maranhão a quase uma década, era pecuarista e fundou sob monopólio régio uma “fábrica” de atanados em São Luís. A aliança de Lourenço Belfort com a família do ex-provedor da fazenda real foi favorável para ambos os lados. Através dela o irlandês pode expandir seus negócios e inserir-se na governança local, exercendo os cargos de almotacel, vereador e juiz interino diversas vezes. O irlandês deu origem a uma prole numerosa, quatro filhos da primeira esposa, e sete outros com D. Ana Thereza de Jesus. A irmã desta, Mariana das Neves, que se casou com o português Antônio Gomes de Sousa também teve filhos e netos. Nas décadas que se seguiram, estas duas famílias de “pioneiros” e seus parentes mais próximos, casaram preferencialmente entre si, impedindo desta forma a repartição das fortunas. Por outro lado, através dos dotes e das heranças, repassaram às novas gerações as condições necessárias para que se tornassem também proprietários rurais e membros atuantes nas instâncias de poder local.

Pierre Lamagnère também chegou à região na primeira metade dos setecentos, com certeza trazido por sua ocupação como capitão de navios. Graças aos seus esforços e, com certeza, ao casamento com Isabel Lopes de Sousa, este francês também prosperou. A moça era trineta de Antônio Muniz Barreiros, que no século XVII foi capitão-mor e governador da Conquista do Maranhão aos holandeses, e que antes tinha sido procurador da fazenda e construído os primeiros engenhos de açúcar na região. O casal Pierre e Isabel deu origem a uma prole numerosa, sete filhos, a maioria de mulheres, sendo Pedro Miguel

Lamagnère, um dos últimos a nascer. (COUTINHO, 2005, p. 295). Dois dos filhos de Lourenço Belfort, Antônio e João, se casaram com duas das filhas de Pierre Lamagnère, celebrando aliança importante para o grupo que se formava.

A partir das primeiras unidades produtivas em poder destas famílias e de acordos matrimoniais com ministros do rei que iam chegando à região, foi se constituindo uma elite com a clara consciência de que sua preponderância residia no controle dos mecanismos de poder local e em sua relação próxima com a administração metropolitana.

Estas famílias de proprietários rurais “pioneiros”, oriundas de funcionários régios radicados, já se constituía uma elite na capitania quando foram implementadas as Reformas Pombalinas.

Na tentativa de equilibrar a balança comercial metropolitana, seriamente abalada com o esgotamento das Minas Gerais, o poderoso ministro do rei D. José põe em curso uma série de medidas com vistas a diversificar a economia colonial. Segundo Jobson de Arruda, dentro do programa político posto em prática, “o incremento da agricultura foi um dos itens principais das reformas... sob sua influência direta [do ministro Pombal] o cultivo do algodão, do arroz, do anil, do café e do cacau espalhou-se rapidamente por toda a extensão do território brasileiro”. (ARRUDA, 1980, p. 641-42). Contudo, as medidas de maior efeito para sanear as finanças foram as direcionadas para exploração das potencialidades do Estado do Grão-Pará e Maranhão, como afirma Luiz Felipe de Alencastro:

Arma-se uma grande operação destinada a alterar as variáveis econômicas e sociais da região para melhor enquadrá-la no sistema atlântico e no controle metropolitano. Leis régias proibem definitivamente o cativeiro indígena, ao passo que a agricultura comercial é estimulada. Subsídios fiscais são concedidos às duas Capitanias do Norte e uma nova empresa monopolista, a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, açambarca os produtos de importação, ganhando ainda o trato de negros de Angola e da Guiné para o litoral amazonense entre 1775 e 1778. (2000, p. 142)

Vencida a oposição inicial dos pequenos comerciantes, seriamente prejudicados com as medidas de caráter monopolista, a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, instituída por Pombal, passou a canalizar o comércio marítimo da região. Resumindo as pesquisas existentes sobre este período, Charles Boxer aponta:

Entre 1757 a 1777, foram importados 25.365 negros para o Pará e Maranhão, provenientes dos portos da África Ocidental, principalmente de Cacheu e Bissau, na Guiné portuguesa, locais até então com importância relativamente pequena no comércio escravista transatlântico. Para ajudar os colonos a comprar escravos negros a crédito de longo prazo, a taxa de juros original foi diminuída de 5% para 3%, e por fim abolida de vez, os escravos eram vendidos então pelo preço de custo cobrado na África Ocidental, acrescido de pequena taxa referente ao transporte. (2002, p. 205)

Além das facilidades para obtenção de mão-de-obra escrava, a Companhia de Comércio adiantou capitais sob a forma de dinheiro e ferramentas agrícolas para serem reembolsados pelos plantadores depois de um ou mais anos. Na capitania do Maranhão, as facilidades acabaram atraindo para a região uma leva de imigrantes desejosos de se tornarem proprietários rurais.

Quatro décadas depois foi possível avaliar o efeito das políticas pombalinas para a região Norte. Em nossa pesquisa para o doutoramento, quantificamos cinquenta e oito inventários post mortem de moradores de São Luís, a maioria dos documentos feitos no final da colônia, entre 1800 e 1820. (MOTA, 2007, p. 58). A pesquisa revelou que mais da metade dos inventariados eram proprietários rurais e, em sua maioria, plantadores de algodão e/ou arroz. Alguns poucos possuíam fazendas de gado e raríssimos engenhos de cana-de-açúcar. Entre estes, encontrava-se uma minoria de grandes proprietários rurais, com mais de uma fazenda, que tanto plantavam para agroexportação como plantavam mandioca, fabricavam açúcar e criavam gado, portanto eram auto-suficientes. A imensa maioria destes “fazendeiros” possuía unidades agrícolas situadas na fértil ribeira do rio Itapecuru, distante poucas léguas da cidade de São Luís. Por essa razão era fácil o acesso a esta cidade através da Baía de São José, onde este rio deságua. Na época, esta microrregião concentrava 2/3 de toda a produção da Capitania.

As unidades agrícolas eram movidas pelo braço escravo. A média de escravos em uma unidade de produção voltada para o plantio de algodão e arroz era de vinte escravos. Os seis maiores proprietários rurais, com até quatro fazendas, possuíam entre 109 a 267 escravos. (MOTA, 2007, p.62).

O estudo da composição das fortunas maranhenses do início do século XIX, mostrou que seus investimentos não se concentravam somente nas atividades rurais. Os lucros advindos da agroexportação movimentaram também o mercado imobiliário em São Luís, pois grande parte do montante dos espólios era constituída de terrenos e prédios urbanos na cidade portuária.

Obviamente que as famílias de proprietários rurais que já se encontravam na região, descendentes de funcionários régios foram as mais favorecidos com a dinamização econômica. Receberam crédito e terras em abundância para produzir. Apenas um exemplo, quantificando os títulos de terras distribuídos neste período, encontramos cinquenta e duas doações sesmarias a membros das famílias Belfort-Gomes de Sousa e Lamagnère. (MOTA, 2007, p. 40).

Alargou-se também o leque de possibilidades das alianças matrimoniais oportunas para os interesses da parentela. Filhas e netas de Lourenço, Antônio e Pierre, uniram-se a funcionários de todos os escalões: sargentos e capitães-mores, ouvidores, filhos dos administradores da Companhia de Comércio e até um governador. Os filhos homens por seu lado, aliavam-se a filhas de comerciantes que prosperavam com a agroexportação.

Aquelas primeiras unidades produtivas rurais, favorecidas pelo “boom” econômico, se reproduziram largamente, e seus proprietários procuravam se manter ligados por laços de parentesco. Estes laços também eram importantes na postulação de cargos públicos, fossem na governança local ou nos postos-chaves para os interesses dos proprietários, como arrecadares de dízimos, fiscal da alfândega etc.

Os “pioneiros” não só enriqueceram como proprietários rurais como ocuparam também postos militares, desde alferes a mestre-de-campo, que conferia enorme “status” a quem os ocupava. Em 1758, o rei D. José, “atendendo a seus méritos”, concedeu a Lourenço Belfort o hábito da Ordem de Cristo, sendo este armado cavaleiro a 21 de agosto de 1761, na igreja de N. S. da Conceição de Lisboa. (COSTA, 1945, p. 07)

Não foram localizados registros de bens daquelas famílias pioneiras, razão pela qual é impossível avaliar em quanto multiplicaram suas fortunas. No entanto, muitos de seus herdeiros deixaram registro escrito sobre suas fortunas, o que permite avaliar os resultados do domínio desta parentela na região. Em 1814, a propriedade *Kelru*, fundada por Lourenço Belfort na ribeira do Itapecuru, foi inventariada como fazendo parte do espólio de um de seus filhos, João. A leitura do documento revela que esta se constituía num complexo agro-industrial composto por várias unidades. O núcleo principal foi estabelecido numa porção de terra situada às margens do rio, medindo mil e setecentas braças de frente por uma légua de fundo; somente estas terras foram avaliadas em cinco contos e seiscentos mil réis, onde foram erigidas várias construções, como vemos a seguir:

Casas de vivendas de pedra e cal, coberta de telhas, com cozinhas, fornos galinheiro e quintal murado de pedra com tanques e horta, avaliada em	2:000\$000
Outra propriedade de casas de pedra e cal coberta de telhas com cinco armazéns, dois deles com sobrado em altura de meia parede, e ainda com uma grande cavalariça.....	1:600\$000
Outra propriedade de casas de pedra e cal, coberta de telhas para serventia do engenho de cana, os tanques de alambique, os engenhos de “mover” arroz e açúcar, e ainda um paiol de arroz.....	1:600\$000
Outra propriedade de casas, de paredes de taipa, coberta de telhas que serve de casa de feitores.....	100\$000
Outra casa de quatro colunas de pedra e cal, coberta de telhas com uma roda de tirar água, um poço todo empedrado e seu tanque de pedra de cantaria.....	500\$000
Uma casa coberta de taipa de varas que serve de quitanda e armazém de cachaça, pela frente do rio.....	60\$000
A capela de São Patrício, com piso em pedra de cantaria.....	500\$000.

(ATJMA. Inv. de João Belfort, 1814).

Em uma das construções, estavam concentrados os engenhos, movidos a água e animais. O engenho de moer cana, com moendas de ferro e madeira, tanques de fermentação, alambiques e bombas de cobre, serpentinas de estanho, tachos de cobre e cilindros de ferro para fazer açúcar, mel e cachaça alcançaram 2:217\$840 réis. Os engenhos para beneficiar o arroz eram mais simples, foram avaliados em trezentos mil réis. Também de menor custo era o moinho de pedra para “moer” o milho, doze mil réis.

O complexo abrangia ainda outra grande propriedade, “do outro lado do rio”, com casa de engenho de mandioca movida a bois e fornos de cobre. As terras, com quatrocentas e cinquenta braças de frente por uma légua de fundo, mais as casas e utensílios foram avaliados em 1:930\$000. Duas outras “porções” de terras próximas compunham a fazenda Kelru, uma com a mesma área da anterior e outra maior, com légua e meia de frente e três de fundo, avaliadas em onze contos e quatrocentos mil réis. Nesta parte estavam situadas as plantações de cana, arroz, algodão e milho.

Cento e trinta escravos foram mencionados após a descrição das terras, casas e utensílios, com certeza aqueles que movimentavam todo o complexo. O casal João Belfort e Ana Isabel Lamagnère, possuíam ainda outros escravos. O plantel da família ficou em torno dos duzentos e dez indivíduos, empregados ainda em outra fazenda, denominada “Sertão Grande”, situada em Santa Maria do Icatu, e em São Luís a “fábrica de sola” [curtume], fundado por Lourenço Belfort.

Também Pedro Miguel Lamagnère, cunhado de João e Antônio Belfort, aproveitou-se do “boom” econômico por que passou o Maranhão. Seus investimentos se concentravam na ribeira do Itapecuru, indo desde o litoral, nas proximidades de São Luís, até alcançar a vila de Caxias das Aldeias Altas, bem avançado os sertões maranhenses. Ao todo, chegou a possuir até oito fazendas, em que labutavam duzentos e sessenta e sete escravos. As unidades produtivas produziam principalmente algodão e arroz para o mercado externo, possuindo também aquelas que davam suporte a esta atividade maior, qual seja: fazenda de gado e pequeno engenho para o fabrico de mel, melaço, rapadura e cachaça. A leitura do inventário post mortem revela que as oito fazendas ocupavam inúmeras léguas de terra e o proprietário já possuía algumas léguas de mata virgem para a continuidade da produção. Quando Pedro Lamagnère morreu, em 1816, possuía fortuna avaliada em mais de cento e trinta contos de réis (131:090\$175). (MOTA, 2007, p. 60).

Lamagnère, assim como a maioria dos proprietários rurais do período, morava em São Luís e participava da governança local. Absenteísta aplicava seus lucros também em bens rentistas.

Considerações finais

Vimos a importância da família para a viabilização do projeto de colonização nas Conquistas. Através da solidez dos interesses manifestos nas relações familiares se concretizou a dominação das populações nativas, a apropriação das terras e a captação dos recursos necessários à sua exploração. Obviamente que, com um modelo de antemão traçado: a supremacia das famílias de origem européia e a exclusão dos miscigenados e homens de cor das oportunidades e postos de mando na Colônia.

Os casamentos endogâmicos e as alianças oportunas com os funcionários régios que chegavam à região garantiram a um pequeno grupo de famílias o controle dos recursos naturais disponíveis e das oportunidades de ganho. Através dos dotes e das heranças repassaram às novas gerações as condições necessárias para sua reprodução social. Concomitante a isto, as lideranças destas mesmas famílias ocuparam os cargos públicos disponíveis na governança local, expandindo seu domínio também para a esfera política. Fato evidente quando do tumultuado processo de Adesão à Independência, onde então os membros das famílias enriquecidas com a agroexportação assumiram também os principais cargos da administração local, antes privilégio dos reinóis.

Bibliografia

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO. **Processos avulsos de Inventários post mortem** do período 1767 a 1824.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **Manuscritos avulsos relativos ao Maranhão**. Portugal.
- ARRUDA, José Jobson de A. **O Brasil no Comércio Colonial**. São Paulo: Ática, 1980.
- BOXER, Charles. **O Império marítimo português (1415-1825)**. Tradução de Ana Olga de Barros Barreto. – São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- COUTINHO, Milson. **Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense**. São Luís: Editora Instituto Geia, 2005, p. 137.
- COSTA, John Wilson da. **A Casa de Belfort no Brasil**. 1ª parte, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1945.
- FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- _____. **A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (sécs.XVI e XVII)**, in: Topoi. Revista de História, nº 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, pp.45-122, p. 73.
- _____. Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa, (Orgs). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MOTA, Antonia da Silva. **A Dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na Capitania do Maranhão**. Recife, tese defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2007.
- SILVA, Luís Antônio Vieira da. **História da Independência da Província do Maranhão: 1822 – 1828**. 2 ed. Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana, 1972.